



Advogar num país jovem

Um pouco de paciência, polivalência q.b. e vontade de saber mais sobre o país: esta é a fórmula que a associada da Vieira de Almeida & Associados **Nadia Crujeira da Costa** recomenda para quem quer exercer a profissão em Timor-Leste.



Poderia dizer-se que advogar em Dili é praticamente igual a advogar em qualquer outro país de língua portuguesa, mas estaríamos a resumir a experiência a muito pouco. Advogar em Dili é um exercício de paciência, polivalência, vontade de conhecer a cultura do país e de ser parte activa na sua educação para o desenvolvimento.

Timor-Leste é um país em crescimento e áreas como o petróleo e as infra-estruturas afirmam-se como motores de um desenvolvimento que se espera florescente. Também outros sectores registam uma enorme evolução. Em 2012, o mercado das telecomunicações viu-se liberalizado, o que permitiu a uns poucos juristas privilegiados (como eu própria) participar num mundo novo de concorrência e regulação.

Tal como muitos outros países de expressão portuguesa, a legislação timorense tem muito da nossa, embora haja um esforço admirável na busca por um sistema legal próprio, adequado e independente. A maior diferença assentará nos mecanismos que – como também seria de esperar – não são os mesmos e, mais importante ainda, no *mindset* comum em Timor-Leste que está

muito longe do dos países do mundo ocidental. Antes de mais, Timor é um país jovem, dos mais jovens do mundo, e tão jovem quanto o país é o seu sistema judicial. Aquando do final da ocupação indonésia, o sistema judicial instalado encontrava-se totalmente em ruínas e Timor-Leste via-se a braços com a inexistência absoluta de juizes, procuradores ou advogados – funções vedadas aos cidadãos timorenses durante a ocupação –, e com uma legislação rejeitada pela população local e em choque com os Direitos Humanos internacionalmente reconhecidos.

Em 10 anos pode ver-se nascer um sistema que, embora resultante de um louvável esforço, se depara com obstáculos diários de concretização. Se a falta de experiência dos agentes judiciais locais, a inexistência de juizes especializados em razão da matéria (com raras excepções), a inexistência de determinados tribunais embora referidos na lei (o caso do Supremo Tribunal de Justiça no Código de Processo Civil) e a necessidade de apoio intenso e contínuo de especialistas internacionais constituem atualmente um problema, maior problema é a

relação difícil que o povo timorense tem com a justiça como a conhecemos e como a pretendemos. Este é um povo habituado à justiça tradicional e imediata – sucedem-se casos de “justiça pelas próprias mãos”, o que não podemos estranhar num país onde mais de metade da população não está familiarizada, sequer, com o conceito de tribunal. Não é por acaso que a prisão preventiva em vez de excepção, se tornou regra. A capacitação do sistema judicial impõe-se e constitui, felizmente, uma prioridade do Governo.

Na verdade, e em sùmula, para advogar em Timor-Leste é necessário ser mais do que um advogado. É necessário ser abrangente, proactivo, entender em pleno o negócio das empresas que se representa e o seu posicionamento neste país. É também e ainda assumir-se como responsável por ensinar, por mostrar que mais do que um bom, há o melhor caminho. E pode ser deles.*

**Artigo escrito segundo as regras do anterior acordo ortográfico.*